Expresso	Periodicidade: Semanal
	Classe: Informação Geral
	Âmbito: Nacional
	Página(s): 18
17-02-2023	

IA usada para fazer sumários e apagar nomes nos acórdãos

Governo apresenta projeto de modernização que prevê a utilização da inteligência artificial nos tribunais portugueses

Há 20 funcionários judiciais que trabalham nos tribunais portugueses que têm como missão quotidiana apagar os nomes que aparecem nos acórdãos dos juizes antes de os publicarem num *site* específico para divulgar as decisões judiciais. Este trabalho, monótono e repetitivo, mas essencial para

a transparência da Justiça, tem o problema acrescido de retirar estes funcionários de onde são mais precisos: das salas de audiência e das secretarias dos tribunais. Mas dentro de três meses, a vida deles (e a nossa, espera-se) vai mudar.

"Esse é um dos projetos em que estamos a trabalhar e vamos desenvolver uma ferramenta de inteligência artificial para fazer essa anonimização que será depois revista por uma pessoa", revela Pedro Tavares, secretário de Estado da Justi-

ça. "Mas essa é só uma parte do que estamos a preparar", especifica o governante que, de acordo com o currículo publicado no *site* do Governo, é mestre em Novos Media e Práticas Web pela Universidade Nova de Lisboa.

Hoje, 17 de fevereiro, o Governo vai apresentar uma série de medidas inseridas no Gov Tec, um programa de modernização da máquina do Estado financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência e que terá um impacto no futuro imediato do mundo judicial. "Além da anonimização, temos a funcionar o Magistratus que é um interface que já está a ser usado pelos magistrados e que, para já, permite fazer pesquisas, encontrar documentos e decisões anteriores em casos semelhantes", explica o secretário de Estado. Esta aplicação está a ser desenvolvida com recurso à

inteligência artificial (IA) para "fazer a gestão da atividade do juiz, escrever sumários ou juntar documentos". E decidir em casos simples ou propor decisões? "Não. A inteligência artificial vai ser um auxiliar do juiz, mas não o vai substituir em nenhuma circunstância.", assegura Pedro Tavares.

"Nem um caso de €1"

No início deste mês, a Associação Sindical dos Juizes apresentou um conjunto de reformas em que estava previsto que algumas decisões em processos civis simples ou de compras na internet pudessem ser decididas por um programa de inteligência artificial, sempre com a possibilidade de recurso para um juiz humano. "Nós estamos em linha com as propostas dos juizes, estamos a trabalhar com eles, mas nenhum caso

será decidido pela inteligência artificial. Nem um caso de 1 euro, nem um mais complexo. A IA não se pode substituir a um juiz. É e será sempre um apoio, um meio para desburocratizar a Justiça."

O Ministério da Justiça já investiu cerca de €200 mil no programa de anonimização que está agora a ser desenvolvido pelo INESC TEC, o Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e Ciência do Porto. Paralelamente, tanto o Conselho Superior da Magistratura como o Supremo Tribunal de Justiça estão a trabalhar com decisões de inteligência artificial próprios.

"O projeto IRIS está em fase de experimentação" e "apenas usará a inteligência artificial para anonimização e sumariação de acórdãos", diz uma fonte do Supremo. "Já estamos a trabalhar com uma empre-

sa espanhola que desenvolveu uma ferramenta que está a fazer a anonimização de acórdãos que estamos a publicar na ECLI, a base de dados europeia onde são publicadas as decisões dos tribunais europeus", conta José Lameira, vice-presidente do CSM. "O nosso programa está a funcionar muito bem e já sugeri ao Governo que passemos todos a usar a mesma ferramenta ou programa", conclui.

"Nesta primeira fase vamos começar pelos acórdãos dos Tribunais Administrativos e Fiscais, mas a nossa intenção é fazer uma avaliação do custo-benefício dos vários programas e optar por um", admite Pedro Tavares.

Por enquanto, o programa de inteligência artificial que está a ser desenvolvido pelo Governo para anonimizar os acórdãos "ainda não tem nome". R.G.